

- ARS -

AUTOMONITORAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

**INTRAPLAST INDUSTRIA E COMERCIO DE
PLÁSTICO EIRELI**

CNPJ: 00.630.860/0001-09



Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente - SEUMA

- ARS -

**AUTOMONITORAMENTO DE RESÍDUOS
SÓLIDOS**

INTERESSADO

Intraplast Industria e Comercio de Plástico Eireli

CNPJ: 00.630.860/0001-09

ASSUNTO

Automonitoramento de Resíduos Sólidos referente ao período de maio a outubro de 2020.

**Junho
2021**

Fortaleza - Ceará



Rua Eusébio de Sousa, Nº 473, Bairro José Bonifácio, Fortaleza/CE | Tel.: + 55 85 3393.8392

CNPJ: 20.662.963/0001-68

contato@hlsolucoesambientais.com.br

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO.....	2
2. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO	3
3. PLANTA DE SITUAÇÃO.....	4
4. DIAGNÓSTICO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS.....	5
4.1. Classificação dos Resíduos Sólidos.....	5
4.2. Transporte externo, Tratamento e Disposição Final.....	6
5. RESPONSABILIDADES	6
6. CONCLUSÃO.....	6
7. RESPONSABILIDADE TÉCNICA	7
ANEXOS	7



ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Planta de situação.....	4
---	---

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Classificação dos Resíduos Sólidos	5
--	---

2. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

- **Razão Social**

Intraplast Industria e Comercio de Plástico Eireli

- **CNPJ**

00.630.860/0001-09

- **Atividade principal**

Fabricação de Embalagens Plasticas

- **Endereço**

Rua Major Telésforo, nº 110, Parque Dois Irmãos, Fortaleza/CE.

- **Telefone**

(85) 3021.5505

- **Representante Legal**

Nome: Alberto Monteiro Chaves

CPF: 617.479.983-20

3. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

- **Nome**

Laíz Hérída Siqueira de Araújo

- **Formação Acadêmica**

Doutora em Engenharia Civil - Saneamento Ambiental – UFC

Especialista em Planejamento e Gestão Ambiental - UECE

Mestra em Engenharia Civil - Saneamento Ambiental - UFC

Tecnóloga em Processos Químicos - IFCE

Técnica em Química - IFCE

Técnica em Meio Ambiente – IFCE

- **Contatos**

Telefone: (85) 98685-5098

E-mail: contato@hlsolucoesambientais.com.br

- **Registro do Conselho de Química**

CRQ nº 10.400.333

- **Cadastro Técnico Municipal**

CTM002004/2020

3. PLANTA DE SITUAÇÃO

Figura 1: Planta de situação



Fonte: Google Earth, 2020

 **INTRAPLAST INDUSTRIA E COMERCIO DE PLÁSTICO EIRELI**



4. DIAGNÓSTICO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Os Resíduos Sólidos são todos os restos sólidos e/ou semissólidos provenientes de atividades ou processos de origem industrial, doméstica, agropecuária, hospitalar, comercial ou outras e que se encontrem no estado sólido, semissólido, ficando incluídos nessa definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água e efluentes, bem como aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição.

Na execução de uma atividade, a geração de resíduos é algo inevitável, por isso a necessidade e obrigação, de acordo com a Política Nacional dos Resíduos Sólidos a sua segregação na fonte geradora, bem com a sua disposição final de forma adequada e sustentável. Foram identificadas como principais ambientes geradores de resíduos sólidos no empreendimento:

- Setor administrativo
- Setor de Produção

4.1. Classificação dos Resíduos Sólidos

De acordo com a NBR 10004:2004, os resíduos sólidos são classificados de acordo com o Quadro 1.

Quadro 1 – Classificação dos Resíduos Sólidos

CLASSIFICAÇÃO NBR 10004:2004	DESCRIÇÃO
Classe I – Resíduos Perigosos	Por serem inflamáveis, tóxicos, patogênicos, corrosivos ou reativos, que podem apresentar riscos à saúde pública, provocando ou contribuindo para o aumento da mortalidade ou incidência de doenças e que apresentam risco de poluição quando manejados ou dispostos de forma inadequada.
Classe II A – Resíduos não Perigosos – Não Inertes	Por não serem enquadrados nas classificações de resíduos classe I – Perigosos ou de resíduos classe II B – Inertes, nos termos desta Norma. Podendo ter propriedades, tais como: biodegradabilidade, combustibilidade ou solubilidade em água.
Classe II B – Resíduos não Perigosos – Inertes	Quaisquer resíduos que, quando amostrados de uma forma representativa, segundo a ABNT NBR 10007, e submetidos a um contato dinâmico e estático com água destilada ou deionizada, à temperatura ambiente conforme a ABNT NBR 10006, não tiverem nenhum dos constituintes solubilizados a concentrações superiores aos padrões de potabilidade de água, excetuando-se aspecto, cor, turbidez, dureza e sabor.

Fonte: NBR 10004:2004.



4.2. Transporte externo, Tratamento e Disposição Final

No que concerne ao tratamento e destinação final dos resíduos sólidos, a Lei nº 12.305 de 2010 e Decreto nº 7.404 de 2010, declaram que os resíduos recicláveis devem preferencialmente ser destinados para associações e/ou cooperativas de catadores de reciclados, incentivando as boas práticas de responsabilidade socioambiental. Já os resíduos não recicláveis devem ser dispostos em aterro sanitário por meio de contratação de empresa especializada. Sobre os resíduos perigosos, a referida Lei enfatiza a importância da destinação adequada e a prática da logística reversa, abordando a necessidade de meios de comunicação entre o gerador dos resíduos e o fabricante do produto utilizado.

A Intraplast Industria e Comercio de Plástico Eireli, com relação ao transporte e disposição final de resíduos gerados no seu processo produtivo, especificamente resíduos recicláveis, destinou-os através de catadores avulsos, conforme demonstra a declaração em anexo.

5. RESPONSABILIDADES

A HL Soluções Ambientais é responsável pela elaboração deste relatório, o qual possui informações disponibilizadas pela Intraplast Industria e Comercio de Plástico Eireli, se restringindo somente aos dados por ele apresentados.

6. CONCLUSÃO

Conclui-se que a Intraplast Industria e Comercio de Plástico Eireli vem atendendo as deliberações da lei vigente, concernentes à destinação final dos resíduos sólidos gerados no seu empreendimento, com o intuito de atender a Lei nº 12.305 de 2010 e o Decreto nº 7.404 de 2010 os quais declaram que os resíduos recicláveis devem preferencialmente ser destinados para associações e/ou cooperativas de catadores de reciclados, incentivando as boas práticas de responsabilidade socioambiental.



HL Soluções Ambientais EIRELI
CNPJ nº: 20.662.963/0001-68
CREA/CE nº 201853644/2019
Laíz Hérica Siqueira de Araújo
Dra. em Engenharia Civil



ANEXOS

ANEXO I – Planilhas de Automonitoramento

ANEXO II – Comprovantes de Destinação (MTR's)

ANEXO III – Licenças de Operação (transportador e destinador)

ANEXO IV - Cadastro Técnico Municipal (SEUMA)



ANEXO I

Planilhas de Automonitoramento



AUTOMONITORAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

EMPRESA		INTRAPLAST INDUSTRIA E COMERCIO DE PLÁSTICO EIRELI										
CNPJ		00.630.860/0001-09										
N° DO PGRS		PGR2019025094										
PERÍODO		Maio a outubro de 2020										
N°	MÊS	RESÍDUO	ORIGEM DA GERAÇÃO	CLASSE (NBR 10004)	QNT GERADA	UNID.	CARACTERIZAÇÃO		ACONDICIONAMENTO	TRANSPORTADORA	N° LICENÇA AMBIENTAL	DESTINAÇÃO FINAL
							COMPOSIÇÃO APROXIMADA	ESTADO FÍSICO				
1	Maio	Comum	Setor administrativo	II A	<100	L/d	Orgânicos, celulose e polímeros	Sólido	tambores	Coleta Pública	LO 601/2020	Aterro Sanitário
2	Maio	Plástico	Setor de Produção	II A	100	kg	Polímeros	Sólido	Baias	Catador avulso-	Cnpj: 00355368000108	Catador Avulso
3	Maio	Papel	Setor de Produção	II A	80	kg	Celulose	Sólidos	Baias	Catador avulso-	Cnpj: 00355368000108	Catador Avulso
4	Maio	Papelão (Tarugo)	Setor de Produção	II A	120	kg	Celulose	Sólidos	Baias	Catador avulso-	Cnpj: 00355368000108	Catador Avulso
5	Junho	Comum	Setor administrativo	II A	<100	L/d	Orgânicos, celulose e polímeros	Sólido	tambores	Coleta Pública	LO 601/2020	Aterro Sanitário
6	Junho	Plástico	Setor de Produção	II A	140	kg	Polímeros	Sólido	Baias	Metapel		Metapel
7	Junho	Papel	Setor de Produção	II A	130	kg	Celulose	Sólidos	Baias	Metapel		Metapel
8	Junho	Papelão (Tulietes)	Setor de Produção	II A	1.630	kg	Celulose	Sólidos	Baias	Metapel		Metapel
9	Julho	Comum	Setor administrativo	II A	<100	L/d	Orgânicos, celulose e polímeros	Sólido	tambores	Coleta Pública	LO 601/2020	Aterro Sanitário
10	Julho	Plástico	Setor de Produção	II A	240	kg	Polímeros	Sólido	Baias	Metapel		Metapel
11	Julho	Papel	Setor de Produção	II A	220	kg	Celulose	Sólidos	Baias	Metapel		Metapel

Rua Eusébio de Sousa, Nº 473, Bairro José Bonifácio, Fortaleza/CE | Tel.: + 55 85 3393.8392

CNPJ: 20.662.963/0001-68

contato@hlsolucoesambientais.com.br



12	Julho	Papelão (Tarugo)	Setor de Produção	II A	2680	kg	Celulose	Sólidos	Baias	Metapel		Metapel
13	Agosto	Comum	Setor administrativo	II A	<100	L/d	Orgânicos, celulose e polímeros	Sólido	tambores	Coleta Pública	LO 601/2020	Aterro Sanitário
14	Agosto	Plástico	Setor de Produção	II A	140	kg	Polímeros	Sólido	Baias	Metapel		Metapel
15	Agosto	Papel	Setor de Produção	II A	110	kg	Celulose	Sólidos	Baias	Metapel		Metapel
16	Agosto	Papelão (Tarugo)	Setor de Produção	II A	1300	kg	Celulose	Sólidos	Baias	Metapel		Metapel
17	Setembro	Comum	Setor administrativo	II A	<100	L/d	Orgânicos, celulose e polímeros	Sólido	tambores	Coleta Pública	LO 601/2020	Aterro Sanitário
18	Setembro	Plástico	Setor de Produção	II A	230	kg	Polímeros	Sólido	Baias	Metapel		Metapel
19	Setembro	Papel	Setor de Produção	II A	100	kg	Celulose	Sólidos	Baias	Metapel		Metapel
20	Setembro	Papelão (Tarugo)	Setor de Produção	II A	2050	kg	Celulose	Sólidos	Baias	Metapel		Metapel
21	Outubro	Comum	Setor administrativo	II A	<100	L/d	Orgânicos, celulose e polímeros	Sólido	tambores	Coleta Pública	LO 601/2020	Aterro Sanitário
22	Outubro	Plástico	Setor de Produção	II A	150	kg	Polímeros	Sólido	Baias	Metapel		Metapel
23	Outubro	Papel	Setor de Produção	II A	210	kg	Celulose	Sólidos	Baias	Metapel		Metapel
24	Outubro	Papelão (Tarugo)	Setor de Produção	II A	2410	kg	Celulose	Sólidos	Baias	Metapel		Metapel

Rua Eusébio de Sousa, Nº 473, Bairro José Bonifácio, Fortaleza/CE | Tel.: + 55 85 3393.8392

CNPJ: 20.662.963/0001-68

contato@hlsolucoesambientais.com.br



AUTOMONITORAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

AUTOMONITORAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS									
EMPRESA		INTRAPLAST INDUSTRIA E COMERCIO DE PLÁSTICO EIRELI							
CNPJ		00.630.860/0001-09							
N° do PGRS		PGR2019025094							
PERÍODO		Maio a outubro de 2020							
N°	MÊS	RESÍDUO	QNT TOTAL GERADA	Unid. (KG)	EMPRESA COLETORA	N° DECLARAÇÃO	N° LICENÇA AMBIENTAL	TRATAMENTO	DESTINAÇÃO FINAL
1	Maio	Comum	II A	<100	Coleta Publica	-	LO 1081/2016	Aterramento	Aterro Sanitário de Caucaia
2	Maio	Plástico	II A	100	Catador avulso	Declaração/maio	00355476 000108	Reciclagem	Catador avulso
3	Maio	Papel	II A	80	Catador avulso	Declaração/maio	00355476	Reciclagem	Catador avulso
4	Maio	Papelão (Tarugo)	II A	120	Catador avulso	Declaração/maio	000108	Reciclagem	Catador avulso
5	Junho	Comum	II A	<100	Coleta Publica	-	LO 1081/2016	Aterramento	Aterro Sanitário de Caucaia
6	Junho	Plástico	II A	140	Metapel Comercio	Declaração/Junho		Reciclagem	Metapel Comercio
7	Junho	Papel	II A	130	Metapel Comercio	Declaração/Junho		Reciclagem	Metapel Comercio
8	Junho	Papelão (Tarugo)	II A	1.630	Metapel Comercio	Declaração/Junho	-	Reciclagem	Metapel Comercio
9	Julho	Comum	II A	<100	Coleta Publica	-	LO 1081/2016	Aterramento	Aterro Sanitário de Caucaia
10	Julho	Plástico	II A	240	Metapel Comercio	Declaração/Julho		Reciclagem	Metapel Comercio
11	Julho	Papel	II A	220	Metapel Comercio	Declaração/Julho		Reciclagem	Metapel Comercio

Rua Eusébio de Sousa, Nº 473, Bairro José Bonifácio, Fortaleza/CE | Tel.: + 55 85 3393.8392

CNPJ: 20.662.963/0001-68

contato@hlsolucoesambientais.com.br



12	Julho	Papelão (Tarugo)	II A	2680	Metapel Comercio	Declaração/ Julho	-	Reciclagem	Metapel Comercio
13	Agosto	Comum	II A	<100	Coleta Publica	-	LO 1081/2016	Aterramento	Aterro Sanitário de Caucaia
14	Agosto	Plástico	II A	140	Metapel Comercio	Declaração/ Agosto		Reciclagem	Metapel Comercio
15	Agosto	Papel	II A	110	Metapel Comercio	Declaração/ Agosto		Reciclagem	Metapel Comercio
16	Agosto	Papelão (Tarugo)	II A	1300	Metapel Comercio	Declaração/ Agosto	-	Reciclagem	Metapel Comercio
17	Setembro	Comum	II A	<100	Metapel Comercio	Declaração/ Setembro	LO 1081/2016	Aterramento	Aterro Sanitário de Caucaia
18	Setembro	Plástico	II A	230	Metapel Comercio	Declaração/ Setembro		Reciclagem	Metapel Comercio
19	Setembro	Papel	II A	100	Metapel Comercio	Declaração/ Setembro	-	Reciclagem	Metapel Comercio
20	Setembro	Papelão (Tarugo)	II A	2050	Metapel Comercio	Declaração/ Setembro		Reciclagem	Metapel Comercio
21	Outubro	Comum	II A	<100	Metapel Comercio	Declaração/ Outubro	LO 1081/2016	Aterramento	Aterro Sanitário de Caucaia
22	Outubro	Plástico	II A	150	Metapel Comercio	Declaração/ Outubro	-	Reciclagem	Metapel Comercio
23	Outubro	Papel	II A	210	Metapel Comercio	Declaração/ Outubro		Reciclagem	Metapel Comercio
24	Outubro	Papelão (Tarugo)	II A	2410	Metapel Comercio	Declaração/ Outubro		Reciclagem	Metapel Comercio



DECLARAÇÃO DE DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Declaramos, para os devidos fins, que a empresa **INTRAPLAST-INDÚSTRIA TRANSFORMADORA DE PLÁSTICOS EIRELI**, localizada na Rua Major Telesforo, nº110, Parque Dois Irmãos, CNPJ 00.630.860/0001-09, vendeu a quantidade de: 100 Kg de resíduo de plástico e 80 Kg de resíduo de papel e 120 Kg papelão (*tarugo*), para **ANTÔNIO NONATO DA SILVA SUCATAS ME**, CNPJ: 00.355.368/0001-72, a serem reutilizados/reciclados no processo de reciclagem. Esta ferramenta tem como finalidade cumprir as deliberações da lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, a qual institui a Política de Resíduos Sólidos; Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. A referida Lei foi Regulamentada pelo decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010.

Fortaleza, 27 de Maio de 2020.



Antônio Nonato da Silva Sucatas ME
CNPJ: 00.355.368/0001-7

DECLARAÇÃO DE DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Declaramos, para os devidos fins, que a empresa **INTRAPLAST INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS EIRELI**, localizada na Rua Major Telesforo, nº110, Parque Dois Irmãos, CNPJ 00.630.860/0001-09, vendeu a quantidade de: 140 kg Kg de resíduo de plástico e 130 Kg de resíduo de papel e 1.630 kg Kg de ^{tabletes} ~~papelão~~ (tarugo), para **METALPEL COMERCIO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS LTDA**, CNPJ: 14.607.476/0001-08, a serem reutilizados/reciclados no processo de reciclagem. Esta ferramenta tem como finalidade cumprir as deliberações da lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, a qual institui a Política de Resíduos Sólidos; Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. A referida Lei foi Regulamentada pelo decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010.

Fortaleza, 23 de junho de 2020.

Metalpel Com. de Mat. Recicláveis

Verônica Camurça Lopes
Sócia-Administradora

Metalpel Comercio de Materiais Recicláveis Ltda.
CNPJ: 14.607.476/0001-08

DECLARAÇÃO DE DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Declaramos, para os devidos fins, que a empresa **INTRAPLAST INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS EIRELI**, localizada na Rua Major Telesforo, nº110, Parque Dois Irmãos, CNPJ 00.630.860/0001-09, vendeu a quantidade de: -70- Kg de resíduo de plástico e -60- Kg de resíduo de papel e 810- Kg de papelão (tarugo), para **METALPEL COMERCIO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS LTDA**, CNPJ: 14.607.476/0001-08, a serem reutilizados/reciclados no processo de reciclagem. Esta ferramenta tem como finalidade cumprir as deliberações da lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, a qual institui a Política de Resíduos Sólidos; Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. A referida Lei foi Regulamentada pelo decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010.

Fortaleza, 06 de julho de 2020.

Metalpel Com. de Mat. Recicláveis

Verônica Camurça Lopes
Sócia-Administradora

Metalpel Comercio de Materiais Recicláveis Ltda.
CNPJ: 14.607.476/0001-08

DECLARAÇÃO DE DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Declaramos, para os devidos fins, que a empresa **INTRAPLAST INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS EIRELI**, localizada na Rua Major Telesforo, nº110, Parque Dois Irmãos, CNPJ 00.630.860/0001-09, vendeu a quantidade de: 80 Kg de resíduo de plástico e 100 Kg de resíduo de papel e 1.100 Kg de papelão (farugo), para **METALPEL COMERCIO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS LTDA**, CNPJ: 14.607.476/0001-08, a serem reutilizados/reciclados no processo de reciclagem. Esta ferramenta tem como finalidade cumprir as deliberações da lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, a qual institui a Política de Resíduos Sólidos; Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. A referida Lei foi Regulamentada pelo decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010.

Fortaleza, 21 de julho de 2020.

Metalpel Com. de Mat. Recicláveis


Verônica Camurça Lopes
Sócia-Administradora

Metalpel Comercio de Materiais Recicláveis Ltda.
CNPJ: 14.607.476/0001-08

DECLARAÇÃO DE DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Declaramos, para os devidos fins, que a empresa **INTRAPLAST INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS EIRELI**, localizada na Rua Major Telesforo, nº110, Parque Dois Irmãos, CNPJ 00.630.860/0001-09, vendeu a quantidade de: —90 Kg de resíduo de plástico e —60 Kg de resíduo de papel e —70 Kg de papelão (tarugo), para **METALPEL COMERCIO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS LTDA**, CNPJ: 14.607.476/0001-08, a serem reutilizados/reciclados no processo de reciclagem. Esta ferramenta tem como finalidade cumprir as deliberações da lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, a qual institui a Política de Resíduos Sólidos; Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. A referida Lei foi Regulamentada pelo decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010.

Fortaleza, 30 de julho de 2020.

Metalpel Com. de Mat. Recicláveis


Verônica Gamurça Lopes
Sócia-Administradora

Metalpel Comercio de Materiais Recicláveis Ltda.
CNPJ: 14.607.476/0001-08

DECLARAÇÃO DE DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Declaramos, para os devidos fins, que a empresa **INTRAPLAST INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS EIRELI**, localizada na Rua Major Telesforo, nº110, Parque Dois Irmãos, CNPJ 00.630.860/0001-09, vendeu a quantidade de: 140 Kg de resíduo de plástico e 110 Kg de resíduo de papel e 1.300 Kg de papelão (tarugo), para **METALPEL COMERCIO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS LTDA**, CNPJ: 14.607.476/0001-08, a serem reutilizados/reciclados no processo de reciclagem. Esta ferramenta tem como finalidade cumprir as deliberações da lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, a qual institui a Política de Resíduos Sólidos; Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. A referida Lei foi Regulamentada pelo decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010.

Fortaleza, 17 de Agosto de 2020.

Metalpel Com. de Mat. Recicláveis

Verônica Camurça Lopes
Sócia-Administradora

Metalpel Comercio de Materiais Recicláveis Ltda.
CNPJ: 14.607.476/0001-08

DECLARAÇÃO DE DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Declaramos, para os devidos fins, que a empresa **INTRAPLAST INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS EIRELI**, localizada na Rua Major Telesforo, nº110, Parque Dois Irmãos, CNPJ 00.630.860/0001-09, vendeu a quantidade de: —90 Kg de resíduo de plástico e —80 Kg de resíduo de papel e 1.130 Kg de papelão (tarugo), para **METALPEL COMERCIO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS LTDA**, CNPJ: 14.607.476/0001-08, a serem reutilizados/reciclados no processo de reciclagem. Esta ferramenta tem como finalidade cumprir as deliberações da lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, a qual institui a Política de Resíduos Sólidos; Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. A referida Lei foi Regulamentada pelo decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010.

Fortaleza, 01 de setembro de 2020.

Metalpel Com. de Mat. Recicláveis


Verônica Camurça Lopes
Socia-Administradora

Metalpel Comercio de Materiais Recicláveis Ltda.
CNPJ: 14.607.476/0001-08

DECLARAÇÃO DE DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Declaramos, para os devidos fins, que a empresa **INTRAPLAST INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS EIRELI**, localizada na Rua Major Telesforo, nº110, Parque Dois Irmãos, CNPJ 00.630.860/0001-09, vendeu a quantidade de: 140 Kg de resíduo de plástico e 80 Kg de resíduo de papel e 920 Kg de papelão (tarugo), para **METALPEL COMERCIO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS LTDA**, CNPJ: 14.607.476/0001-08, a serem reutilizados/reciclados no processo de reciclagem. Esta ferramenta tem como finalidade cumprir as deliberações da lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, a qual institui a Política de Resíduos Sólidos; Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. A referida Lei foi Regulamentada pelo decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010.

Fortaleza, 21 de Setembro de 2020.

Metalpel Com. de Mat. Recicláveis

Verônica Camurça Lopes
Sócia-Administradora

Metalpel Comercio de Materiais Recicláveis Ltda.
CNPJ: 14.607.476/0001-08

DECLARAÇÃO DE DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Declaramos, para os devidos fins, que a empresa **INTRAPLAST INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS EIRELI**, localizada na Rua Major Telesforo, nº110, Parque Dois Irmãos, CNPJ 00.630.860/0001-09, vendeu a quantidade de: 00 Kg de resíduo de plástico e 110 Kg de resíduo de papel e 1.050 Kg de papelão (tarugo), para **METALPEL COMERCIO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS LTDA**, CNPJ: 14.607.476/0001-08, a serem reutilizados/reciclados no processo de reciclagem. Esta ferramenta tem como finalidade cumprir as deliberações da lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, a qual institui a Política de Resíduos Sólidos; Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. A referida Lei foi Regulamentada pelo decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010.

Fortaleza, 05 de Outubro de 2020.

Metalpel Com. de Mat. Recicláveis

Verônica Camurça Lopes
Sócia-Administradora

Metalpel Comercio de Materiais Recicláveis Ltda.
CNPJ: 14.607.476/0001-08

DECLARAÇÃO DE DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Declaramos, para os devidos fins, que a empresa **INTRAPLAST INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS EIRELI**, localizada na Rua Major Telesforo, nº110, Parque Dois Irmãos, CNPJ 00.630.860/0001-09, vendeu a quantidade de: 60 Kg de resíduo de plástico e 100 Kg de resíduo de papel e 1360 Kg de papelão (tarugo), para **METALPEL COMERCIO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS LTDA**, CNPJ: 14.607.476/0001-08, a serem reutilizados/reciclados no processo de reciclagem. Esta ferramenta tem como finalidade cumprir as deliberações da lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, a qual institui a Política de Resíduos Sólidos; Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. A referida Lei foi Regulamentada pelo decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010.

Fortaleza, 27 de Outubro de 2020.

Metalpel Com. de Mat. Recicláveis

Verônica Camurça Lopes
Sócia-Administradora

Metalpel Comercio de Materiais Recicláveis Ltda.
CNPJ: 14.607.476/0001-08

ANEXO III

Licença de Operação (transportador e destinador)



Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Meio Ambiente - SEMA
Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE

LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 601/2020 - DICOP

Emissão em: 17/11/2020

Validade até: 16/11/2024

RENOVAÇÃO

O Superintendente da SEMACE, no uso de suas atribuições, expede a presente Licença, que autoriza a:

Nome / Razão Social: **ECOFOR AMBIENTAL S/A**

CPF / CNPJ: **05537536000164**

Endereço: **RUA ARNALDO OSORIO Nº841, JARDIM DAS OLIVEIRAS - 60821190**

Município: **FORTALEZA/CE**

Processo SEMACE: **2019-269384/TEC/RENLO Nº SPU: 06553405/2019**

RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO, EMBASADA NO PARECER TÉCNICO Nº 27/84-2020-DICOP/GECON, REFERENTE AO ATERRO SANITÁRIO METROPOLITANO OESTE DE CAUCAIA - ASMOC, EM UMA ÁREA TOTAL DE 120 HECTARES, SENDO A ÁREA DE TRINCHEIRAS DE 78,47 HECTARES, LOCALIZADO NA RODOVIA BR 020, KM 14, MUNICÍPIO DE CAUCAIA, ESTADO DO CEARÁ.

CONDICIONANTES:

- 1 - Submeter à prévia análise da SEMACE qualquer alteração que se faça necessária no empreendimento;
- 2 - A SEMACE, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar esta licença caso ocorra:
 - violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
 - omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição desta licença;
 - graves riscos ambientais e de saúde;
- 3 - Afixar em local de fácil visualização, a placa indicativa do Licenciamento Ambiental, conforme modelo disponibilizado no Sistema Natuur Online;
- 4 - A manifestação favorável da presente licença não obsta a SEMACE de posteriores restrições ou indeferimento do projeto apresentado, considerando suas peculiaridades e seu desatendimento à legislação pertinente;





Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Meio Ambiente - SEMA
Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE

5 - Manter atualizado as seguintes Documentações e Planos: Alvará de Funcionamento do Município de Caucaia; Certificado de Regularidade do Cadastro Técnico Federal - CTF de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, emitido pelo IBAMA; Certificado de Conformidade do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará; Plano de Atendimento a Emergência e Contingência do Aterro Metropolitano Oeste de Caucaia - ASMOC; e o Plano de Desativação do Aterro Metropolitano Oeste de Caucaia - ASMOC;

6 - O empreendimento não deverá intervir nas Áreas de Preservação Permanente - APP de 30 e 50 metros dos Cursos D Água existentes na poligonal do empreendimento;

7 - Se nenhum Efluente Líquido originado das Lagoas de Tratamento do Lixiviado do ASMOC é lançado em Cursos D Água, sendo todo recirculado, então o emissário final deve ser retirado, para evitar especulações quanto ao lançamento;

8 - Sempre que houver líquido nas drenagens pluviais, coletar amostras para análise, considerando os mesmos parâmetros analisados no efluente das lagoas de tratamento do lixiviado;

9 - Seguir as Sugestões e Recomendações contidas nos Estudos apresentados à SEMACE: Relatório de Avaliação Preliminar de Passivo Ambiental e Complementação da Investigação Confirmatória para o Aterro Sanitário Municipal Oeste de Caucaia (ASMOC) e Ampliação; Complementação da Investigação Confirmatória e Ampliação da Rede de Monitoramento das Águas Subterrâneas para o Aterro Sanitário Metropolitano Oeste de Caucaia (ASMOC) e Ampliação; e Investigação Detalhada, Análise de Risco Toxicológico à Saúde Humana, Monitoramento das Águas Subterrâneas e Elaboração de Modelo Matemático de Fluxo Subterrâneo para o Aterro Sanitário Municipal Oeste de Caucaia (ASMOC) e Ampliação - ASMOC I e II;

10 - Manter esta Licença e demais documentos relativos ao cumprimento das condicionantes ora estabelecidas, disponíveis à fiscalização da SEMACE;

11 - No caso de encerramento, desistência ou suspensão das atividades a empresa deverá obrigatoriamente comunicar à SEMACE;

12 - ADVERTÊNCIA: O descumprimento das condicionantes da presente licença implicará na aplicação das penalidades previstas na legislação ambiental, sem prejuízo da obrigação de reparar quaisquer danos ambientais causados.

Condicionantes com Prazo:

13 - Publicar o recebimento desta Licença no prazo de até 30 (trinta) dias corridos subsequentes à data da sua concessão, em cumprimento à Lei Federal Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, a Lei Federal Nº 10.650, de 16 abril de 2003, ao Decreto Federal Nº 99.274, de 06 de junho de 1990 e a Resolução CONAMA Nº 006, de 24 de janeiro de 1986, complementada pela Resolução CONAMA Nº 281, de 12 de julho de 2001;

14 - Em observância ao § 2º, Art. 22 da Resolução COEMA Nº 02 de 11 de abril de 2019, o interessado deverá apresentar à SEMACE, anualmente, a contar da data de concessão desta licença, o Relatório de Acompanhamento e Monitoramento Ambiental - RAMA. Esse Relatório deverá ser preenchido no sistema eletrônico NATUUR Online, através do link <http://natuur.semace.ce.gov.br/> na Aba "Licenciamento" Menu "RAMA";

15 - A renovação desta licença poderá ser protocolada em até 120 (cento e vinte) dias de antecedência da expiração do seu prazo de validade, conforme Resolução COEMA Nº 02/2019, o que lhe conferirá a





Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Meio Ambiente - SEMA
Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE

prorrogação automática de seu prazo de validade até a manifestação definitiva da SEMACE. Caso o interessado protocole a solicitação de renovação antes do vencimento da licença, porém após o mencionado prazo, não terá direito à prorrogação automática da validade da Licença;

16 - Apresentar à SEMACE, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a contar do recebimento dessa Renovação de Licença de Operação, os Laudos da Coleta e Análise, pela SEMACE, dos Efluentes Líquidos da última Lagoa de Tratamento do Lixiviado do Aterro Sanitário Metropolitano Oeste de Caucaia - ASMOC. Os mesmos deverão estar de acordo com a Resolução COEMA Nº 02, de 02 de fevereiro de 2017, a qual dispõe sobre padrões e condições para lançamento de efluentes líquidos gerados por fontes poluidoras, revoga as Portarias SEMACE Nº 154, de 22 de julho de 2002 e Nº 111, de 05 de abril de 2011, e altera a Portaria SEMACE Nº 151, de 25 de novembro de 2002;

17 - Apresentar à SEMACE, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento desta Licença, o Certificado de Regularidade do Cadastro Técnico Federal-CTF de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, emitido pelo IBAMA, conforme Art. 9º, inciso XII e Art. 17, inciso II, da Lei Federal Nº 6.938 de 1981-Política Nacional do Meio Ambiente, sob pena das sanções previstas no Decreto Federal Nº 6.514 de 22 de Julho de 2008.

Automonitoramento:

18 - Apresentar, semestralmente à SEMACE os Automonitoramentos da Operação do Aterro Sanitário: Disposição dos Resíduos Sólidos (Qualitativos e Quantitativos); Geração do Biogás (Quantitativos e Tratamento); Geração dos Efluentes Líquidos Lixiviados (Quantitativos, Tratamentos e Disposição Final); o Manejo das Águas Pluviais, entre outros;

19 - Apresentar, semestralmente à SEMACE como Automonitoramento o Relatório de Vida Útil do Aterro contemplando a quantidade de resíduos depositados até o momento e a relação atualizada das empresas e municípios que enviam resíduos para o aterro, bem como as empresas transportadoras;

20 - Apresentar, semestralmente à SEMACE o Automonitoramento Ambiental, com as Metodologias e os Resultados Geotécnicos (Avaliação do Comportamento Mecânico e Estabilidade nas Células dos Resíduos): Acompanhamento da Velocidade e Direção dos Deslocamentos Verticais e Horizontais dos Maciços, utilizando Marcos Superficiais; Monitoramento do Nível dos Líquidos e Pressões dos Gases dentro das Células dos Resíduos, com auxílio de Piezômetros; Controle da Compactação dos Resíduos Aterrados, por meio do acompanhamento das Pesagens e do Registro Topográfico da Frente de Operação; Cálculo do Fator de Segurança de Estabilidade dos Taludes, por meio de Simulações Matemáticas; Controle dos Materiais Geotécnicos Utilizados; Acompanhamento dos Dados Pluviométricos, por meio de pluviômetro, e da Vazão dos Líquidos Lixiviados, por meio de Medidor de Vazão; e Inspeções Técnicas em campo para verificação visual de possíveis problemas na operação do Aterro Sanitário: Células dos Resíduos, Cobertura dos Resíduos; Sistema de Gases, Sistema dos Líquidos Lixiviados, Sistemas de Drenagem, entre outros;

21 - Apresentar, semestralmente à SEMACE o Automonitoramento Ambiental, com as Metodologias e os Resultados das Análises da Qualidade do Ar, no entorno do Aterro Sanitário, de acordo com a Resolução CONAMA nº 491/2018, a qual trata dos Padrões de Qualidade do Ar;

22 - Apresentar, semestralmente à SEMACE o Automonitoramento Ambiental, com as Metodologias e os Resultados das Análises da Qualidade das Águas Subterrâneas. O Relatório de Automonitoramento dos poços de monitoramento da água subterrânea, contendo laudos conclusivos que contemplem os parâmetros previstos





Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Meio Ambiente - SEMA
Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE

no Anexo I da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA Nº 396/2008, além dos parâmetros pH, Condutividade Elétrica, Nível de Água, Cor, Turbidez, Oxigênio Consumido, DBO, DQO, Nitrogênio Amomiacal;

23 - Apresentar, semestralmente à SEMACE o Relatório de Automonitoramento da Água dos Poços Piezométricos, à montante e à jusante do aterro, contemplando no mínimo os seguintes parâmetros: Sólidos Dissolvidos Totais, Ferro, Mercúrio, Alumínio, Chumbo, Cádmio, Cobre, Crômio (Cr III + Cr IV), Manganês, Zinco, Molibdênio, Cobalto, Níquel, Vanádio, Prata, Arsênio, Amônia, Nitrato, Nitrito, Cloretos, Temperatura, pH, Materiais Sedimentáveis, Sulfeto Total, Sulfatos, Substâncias Solúveis em Hexano, DQO, DBO e Coliformes Termotolerantes;

24 - Apresentar, semestralmente à SEMACE o Automonitoramento da água do Riacho Garoto em um ponto 500 m à jusante e 500 m à montante do ponto de lançamento, caso haja lançamento de efluentes líquidos no referido Curso D'Água, contemplando os seguintes parâmetros: Sólidos Dissolvidos Totais, Ferro, Mercúrio, Alumínio, Chumbo, Cádmio, Cobre, Crômio (Cr III + Cr IV), Manganês, Zinco, Molibdênio, Cobalto, Níquel, Vanádio, Prata, Arsênio, Amônia, Nitrato, Nitrito, Cloretos, Temperatura, pH, Materiais Sedimentáveis, Sulfeto Total, Sulfatos, Substâncias Solúveis em Hexano, DQO, DBO, Oxigênio Dissolvido e Coliformes Termotolerantes;

25 - Apresentar, semestralmente à SEMACE o Automonitoramento dos Efluentes Líquidos da última Lagoa de Tratamento do Lixiviado do ASMOC, contemplando os seguintes parâmetros: Sólidos Dissolvidos Totais, Ferro, Mercúrio, Alumínio, Chumbo, Cádmio, Cobre, Crômio (Cr III + Cr IV), Manganês, Zinco, Molibdênio, Cobalto, Níquel, Vanádio, Prata, Arsênio, Amônia, Nitrato, Nitrito, Cloretos, Temperatura, pH, Materiais Sedimentáveis, Sulfeto Total, Sulfatos, Substâncias Solúveis em Hexano, DQO, DBO, Oxigênio Dissolvido e Coliformes Termotolerantes;

26 - Apresentar, semestralmente à SEMACE, o Automonitoramento Ambiental, com as Metodologias e os Resultados das Análises da Qualidade do Solo e Subsolo do ASMOC, conforme Resolução Nº 420/2009, do CONAMA;

27 - Apresentar, semestralmente à SEMACE o Relatório da Comunicação Social e Educação Ambiental do Aterro Sanitário.

Assinado eletronicamente por: ADILSON DO NASCIMENTO ADRIANO JUNIOR Diretor 17/11/2020
A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://mobile.semace.ce.gov.br/consultaDoc> Informando o código verificador 1329016 e o código CRC 135120d1
VIRGINIA ADELIA RODRIGUES CARVALHO Superintendente Adjunto 17/11/2020 14:38:28



ANEXO IV

Cadastro Técnico Federal (SEUMA)

Rua Eusébio de Sousa, Nº 473, Bairro José Bonifácio, Fortaleza/CE | Tel.: + 55 85 3393.8392
CNPJ: 20.662.963/0001-68

contato@hlsolucoesambientais.com.br





CADASTRO TÉCNICO MUNICIPAL

Número de Inscrição CTM002004/2020		Data de Emissão 21/08/2020	
Concedido a HL SOLUCOES AMBIENTAIS EIRELI		CNPJ 20.662.963/0001-68	
Nome de Fantasia HL SOLUCOES AMBIENTAIS			
Endereço RUA EUSEBIO DE SOUSA Nº473 JOSÉ BONIFÁCIO FORTALEZA60050110			
REPRESENTANTE LEGAL			
CPF 02504797370		Nome do Responsável LAIZ HERIDA SIQUEIRA DE ARAUJO	
PROFISSIONAIS TÉCNICOS			
CPF	Nome Profissional	Formação Profissional Principal	RNP
02504797370	LAIZ HERIDA SIQUEIRA DE ARAUJO	TÉCNICO QUÍMICO	10400333
04824320399	RENAN MOTA MELO	ENGENHEIRO AMBIENTAL	0617705933
COMPETÊNCIAS/ATRIBUIÇÕES TÉCNICAS			
AIA - AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL* (EQUIPE MULTIDISCIPLINAR)			
EAS/RAS - ESTUDO AMBIENTAL SIMPLIFICADO/RELATÓRIO AMBIENTAL SIMPLIFICADO* (EQUIPE MULTIDISCIPLINAR)			
EIA/RIMA - ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL/ RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL* (EQUIPE MULTIDISCIPLINAR)			
EIS/REIS - ESTUDO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICO/ RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICO (EQUIPE MULTIDISCIPLINAR)			
EIV - ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA* (EQUIPE MULTIDISCIPLINAR)			
ENSAIO DE ABSORÇÃO DE SOLO			
ENSAIO DE SONDAGEM			
ESTUDO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA CHAMINÉ			
EVA - ESTUDO DE VIABILIDADE AMBIENTAL			
EXECUÇÃO/MANUTENÇÃO DE PUBLICIDADE			
LAUDO DE VISTORIA TÉCNICA			
LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO / GEOREFERENCIAMENTO			
MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO DE PARCELAMENTO DO SOLO			
PBA - PLANO BÁSICO AMBIENTAL			
PCA - PLANO DE CONTROLE AMBIENTAL* (EQUIPE MULTIDISCIPLINAR)			
PGRCC - PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL			
PGRS - PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS			
PGRSS - PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE			
PLANO DE MANEJO DE FAUNA E FLORA			
PLANO DE MANEJO DE FLORA			
PLANO / EXECUÇÃO DE MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DA ETE/EEE			
PRAD- PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA* (EQUIPE MULTIDISCIPLINAR)			
PROJETO ACÚSTICO			
PROJETO ARQUITETÔNICO			
PROJETO DE DRENAGEM (ART)			



OBSERVAÇÕES

- 1- Requerente deste Cadastro Técnico (pessoa logada): LAIZ HERIDA SIQUEIRA DE ARAUJO, CPF: 02504797370
- 2- Este Cadastro é Pessoal e Intransferível.
- 3- As Competências/Atribuições Técnicas dos profissionais cadastrados são definidas pelos Conselhos de Classe Profissional, conforme regulamentação específica, e deverão estar de acordo com a Declaração emitida pelo respectivo Conselho.
- 4- Os responsáveis técnicos que prestarem declarações falsas, omitirem informações relevantes ou em desacordo com a legislação vigente terão seus cadastros suspensos pelo Órgão Municipal competente, com o prazo de acordo com legislação específica.
- 5- Este cadastro não exige os profissionais de estarem regularmente registrados no Cadastro Técnico Federal de que trata a Resolução nº 01, de 13 de junho de 1988, do Conselho Nacional do Meio Ambiente.
- 6- Este Cadastro Técnico tem VALIDADE enquanto a empresa estiver ativa e exercendo as competências e atribuições técnicas indicadas. Qualquer alteração dos dados apresentados invalida este Cadastro Técnico até que seja realizada a Alteração via Sistema Fortaleza Online.

LEI FEDERAL Nº 9605/1998 C/C DECRETO FEDERAL Nº 6514/2008.

"Art. 69-A da Lei Federal nº 9605/1998: Elaborar ou apresentar, no licenciamento, concessão florestal ou qualquer outro procedimento administrativo, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso ou enganoso, inclusive por omissão: Pena – Reclusão, de 3(três) a 6(seis) anos, e multa";

"Art. 82 do Decreto Federal nº 6514/2008: Elaborar ou apresentar informação, estudo, laudo ou relatório ambiental total ou parcialmente falso, enganoso ou omisso, seja nos sistemas oficiais de controle, seja no licenciamento, na concessão florestal ou em qualquer outro procedimento administrativo ambiental: Multa de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)";

DECRETO LEI 2848/40 – CÓDIGO PENAL

Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento: PENA – Reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa.

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: PENA – Reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa, se o documento é particular.

